

FEMINISMO E GÊNERO DENTRO DA SALA DE AULA

Amanda dos Santos Vieira¹
Greyce Kelly de Souza²

Resumo: Tal artigo apresenta uma discussão sobre feminismo, gênero e a importância de tais assuntos serem debatidos nas escolas. A metodologia utilizada na elaboração do trabalho foi pesquisa bibliográfica. As desigualdades de gênero vêm se apresentando no cotidiano de todos a todo momento, mas, mesmo com um forte posicionamento contrário, está havendo também uma abertura para debater tal tema na sociedade, o movimento Feminista se apresenta como um desses espaços. Outro espaço onde deveria se ter essa abertura para debate são as escolas. Em diferentes contextos, a infância foi alvo de políticas governamentais que visavam uma padronização, isso ocorre também na escola e hoje assistimos a um projeto denominado “Escola Sem Partido”, nada de gênero, raça e classe deve ser discutido. Contrapondo-se a ele nos perguntamos, amparadas em Chimamanda Ngozi Adiche, como educar crianças feministas? Sim, porque precisamos nos posicionar frente a esse projeto conservador/antidemocrático. Precisamos lutar para que estas discussões sejam parte do cotidiano educacional.

Palavras-chave: Feminismo; Gênero; Educação.

Abstract: This article presents a discussion on feminism, gender and the importance of discussing these issues in schools. The methodology used in the elaboration of the work was the bibliographical research. Gender inequalities are seen every day at all times, but even with an opposing position, there is also an openness to debate this issue in society, and the feminist movement presents itself as one of these spaces. Another area for discussion is the schools. In different contexts, childhood has been the target of government policies aimed at standardization, this also occurs in schools and today we see a project called "School without policy", says that no gender, race or class should be discussed in schools. Contrasting with this, supported by Chimamanda Ngozi Adiche, how to educate the feminist children? Yes, because we need to position ourselves before this conservative / undemocratic project. We must strive for these issues to be discussed every day in schools.

Keywords: Feminism; Genre; Education.

¹ Acadêmica de Pedagogia | UNESC | Grupo de Estudos Direitos Humanos, Relações Etnicorraciais e Feminismos, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma/Brasil. | amanda.s.vieira9@gmail.com

² Acadêmica de Pedagogia | UNESC | Grupo de Estudos GEFOCS (Grupo de Estudos em Educação, Formação Cultural e Sociedade) | greycehp@gmail.com

1. FEMINISMO: UMA INTRODUÇÃO ACERCA DO MOVIMENTO

O movimento feminista veio a ter seu período dividido em ondas que são definidas pelas lutas que estes assumiram durante sua trajetória. A cada nova conquista outras eram adicionadas as reivindicações do movimento, que lutam até os dias atuais por liberdade de escolha e um maior empoderamento feminino.

A primeira onda do Feminismo tomou visibilidade no século XIX a XX, com as mulheres que ficaram conhecidas como Sufragistas, nestes estavam os apresentados os seus objetivos, “Em um primeiro momento, reivindicava-se a igualdade jurídica, o direito ao voto e o acesso à instrução e às profissões liberais, além da oposição a casamentos arranjados e à propriedade de mulheres casadas por seus maridos.” (CONSOLIM, 2017). Sua principal reivindicação era o direito a voto, direito que foi negado durante muitos anos. Neste meio tempo, durante a Segunda Guerra Mundial, as mulheres assumem os papéis que eram definidos e ocupados na sua totalidade por homens dentro das indústrias. É neste momento que nasce a campanha “We Can Do It!” (Nós podemos fazer isso!), que tinha como objetivo incentivar as mulheres a assumirem papéis que antes pertenciam aos homens, o que causa a impressão que as questões de gênero haviam sofrido alguma trégua, já que as mesmas conseguiram provar que eram capazes de manter toda uma sociedade e manter a economia ativa. Mas, com a volta dos homens da guerra, as mulheres foram levadas a ocuparem novamente funções de dona de casa e alguns “estereótipos” retornam. Bem como a criação de alguns eletrodomésticos que vieram para auxiliar os serviços domésticos e criar a falsa imagem de que seria uma recompensa por tal esforço durante a guerra. Atualmente imagens com tal mensagem são facilmente veiculadas em redes sociais, voltando a ser bem forte no movimento.

Se inicia pelo século XX (Anos 60 a 70) a Segunda Onda, as mulheres tinham alguns objetivos diferentes já traçados e alcançados. Por exemplo na França, em que a mulheres conseguem o direito de trabalhar sem a necessidade da autorização de seus maridos. Iniciava as lutas para que os maridos possam ser presos por estupro, já que muitas vezes as mulheres eram estupradas pelos seus maridos e todo este ato era visto como apenas uma obrigação dentro da relação como se a mulher, por esta casada com aquele homem, devesse satisfaze-lo em

todos os âmbitos. “Buscava-se uma política de respeito às diferenças e de igualdade de direitos, fundada no reconhecimento de equivalência entre os sexos, não de superioridade.” (CONSOLIM, 2017).

A Terceira Onda é apresentada nos Anos 80 a diante, esta tem como seu enfoque na ditadura da beleza, nos padrões impostos muitas vezes pelas mídias e são inculcados em nosso cotidiano como os certos a serem seguidos e os únicos realmente portador de beleza, assim como salários desiguais. “Focaram na mudança de estereótipos, nos retratos da mídia e na linguagem usada para definir as mulheres.” (CONSOLIM, 2017). Quando a questão é quebra de padrões de beleza, é possível observar grandes debates sobre o estilo de beleza “Tumblr” ou “Blogueira”. Neste são, normalmente, meninas brancas, magras, com pele perfeita, entre outros padrões que são reforçados. São tais questões que vem a reforçar que para ser aceita socialmente é necessário que siga tais características. Porém, vemos muitas vezes a situação contrária, em que blogueiras vem a dizer que estão quebrando tais padrões, enquanto na verdade estão forçando tais imagens. Tomando o local de fala de meninas gordas, dizendo que assumem suas “gordurinhas”, esquecendo que nunca sofreram preconceitos por tais “gordurinhas”. Falam sobre assumir suas curvas, tendo as famosas barrigas negativas. Atualmente, várias meninas/mulheres falam sobre tais questões como a Alexandra Gurgel, do canal Alexandrismo. Outro debate bem frequente é a questão da legalização do aborto, assunto bem recorrente principalmente no território brasileiro, se vem a lutar para que haja sim a legalização do aborto em todo território. A principal barreira se aplica quando se acredita que o aborto se tornaria um ato que poderia ser realizado a todo momento, não entendendo que se existe a luta para que haja uma legalização em que as mulheres não morram mais enquanto realização de tal procedimento, já que os números de mortes são exorbitantes.

Feminismo Leve pode ser considerado outro pensamento que aos poucos vem a corromper os verdadeiros objetivos do Feminismo. “O Feminismo Leve usa a analogias como ‘ele é cabeça e você é o pescoço’ [...] Mais preocupante ainda é a ideia, no Feminismo Leve, de que os homens são naturalmente superiores, mas devem ‘tratar bem as mulheres’. [...] A base para o bem-estar das mulheres não pode se resumir à condescendência masculina.” (ADICHIE, p. 29, 2017) É possível observar o momento em que é utilizado o feminismo leve quando alguém pergunta para uma mulher que saiu desacompanhada de seu marido questões como “ele

deixou você vir sozinha?” ou “ele não tem ciúmes?” Sentenças como estas transmitem a impressão de que para sair uma mulher precisa de autorização de seu companheiro ou que pelo menos ele deve ter ficado incomodado com tal circunstância. Situações de “falsa bondade” por parte do homem, como por exemplo um marido que trata bem a mulher, que ajuda a arrumar a casa, a cuidar dos filhos é tido como sorte entre as mulheres, mas isso na verdade é apenas a obrigação do marido como ser integrante dessa sociedade que recebe o nome de família.

1.1 O Feminismo Negro dentro do Movimento Feminista

Já sabemos que o movimento feminista luta contra a desigualdade existente na sociedade relacionada a gênero. Mas como lutar contra a desigualdade existente dentro do próprio movimento? hooks nos apresenta três minorias: mulheres brancas, homens negros, e mulheres negras. As mulheres brancas e homens negros podem agir, no entanto, tanto como oprimidos quanto opressores, isso porque as mulheres brancas podem oprimir os homens negros, mas podem sofrer opressão por parte dos homens brancos, os homens negros podem ser oprimidos por sua cor, mas podem oprimir as mulheres negras pela questão sexista, estando as mulheres negras, abaixo em todas essas classes.

Angela Davis é um dos exemplos do movimento do Feminismo Negro. Através dela muitas dificuldades e desigualdades sofridas pela população negra tiveram maior visibilidade. Segundo Davis (1981, p.101), “Diversas mulheres que chegaram a lecionar em escolas, mas que haviam sido demitidas devido ao “preconceito”. Expulsas da sala de aula, haviam sido obrigadas a trabalhar na lavanderia e na cozinha.”. Durante toda a abolição da escravidão, as mulheres negras não eram vistas como realmente mulheres, eram apenas mais um objeto no meio de toda a lavoura ou no casarão. E se engana quem imagina que logo após terem sua liberdade decretada estas deixaram de ocupar tal lugar dentro das casas. Elas apenas assumiram mais serviços ainda e eram remuneradas, mas claro que nenhum valor que realmente dialogasse com seus esforços realizados durante os horários de serviço. A mulher negra não tinha voz dentro do movimento feminista, principalmente no início com as sufragistas. Davis através, principalmente com seu livro “Mulheres, raça e classe”, como muitas mulheres eram desclassificadas e não escutadas apenas pela sua cor de pele. “‘Mulher’ era o critério, mas nem toda

mulher parecia estar qualificada. As mulheres negras, claro, eram praticamente invisíveis no interior da longa campanha pelo sufrágio feminino.” (DAVIS, 1981, p.146). Ela é uma das mulheres que mais teve sua voz escutada durante este período, mas outra representante clara de tal desigualdade foi Sojourner Truth que discursou contra a visão de “fragilidade” feminina estabelecida por participante da Convenção de Seneca Fall. Estes alegavam que mulheres queriam votar, porém não conseguiam pular uma poça sem a ajuda de um homem. Segundo Truth(1851 apud Davis, 1981, p.70) “Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comer – e aguentava chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher?” Após tal ato se tornou um marco para o feminismo negro e gerou vários questionamentos. Vale lembrar que algumas mulheres negras foram aceitas no início do feminismo não-negro, porém para que isso ocorresse é necessário reforçar que as mesmas eram de classe alta.

No atual momento, tanto mundial quanto no Brasil, um dos debates que está tendo uma maior visibilidade é no qual se trata de gênero. São vários olhares diferentes sobre este assunto, alguns se põem a favor de tais ensinamentos e concordam que há sim uma desigualdade entre gênero e que este não é estabelecido no nascimento; enquanto outros, dizem ser apenas uma conversa fiada e que tem como objetivo confundir as pessoas, chegando a muitos momentos utilizar religião para tal justificativa para espalhar o ódio.

Qual o melhor local para trabalhar essa questão senão a escola? Estamos cansados de saber que a escola tem um dever muito maior do que apenas “transmitir conhecimento”, ela deve contribuir para a formação social de cada cidadão que passa por ela.

2 ESCOLA OU ESCOLA SEM PARTIDO?

Em vários momentos dentro da escola, é possível observar algumas curiosidades/opiniões de nossas crianças sendo cessadas. O processo que leva até o momento em que os mesmos desenvolvem os medos de opinar/imaginar/inovar é rápido. Começa com uma simples frase como “nuvens são azuis, não roxas” e vão se espalhando em torno de várias outras frases com teor silenciador. Vão “perdendo” sua curiosidade/imaginação e se acostumando/encaixando-se ao que lhe é apresentado como algo “normal”, apartado de suas vidas. Muitas vezes, se não

todas, essa normalidade não cabe a diversidade presente no mundo e na sociedade como também na sala de aula. Atualmente é o um movimento denominado “escola sem partido”, que tem Miguel Nagib como um de seus principais idealizadores, pretende estabelecer regras/normas para que a professora cumpra dentro da sala de aula, tais normas recebem a denominação “Deveres dos Professores” o qual vem cessar seu direito de livre fala. Dando liberdade para acusações de doutrinação e até mesmo ensinando como é possível denunciar o professor, tais informações encontram-se no site do movimento. Um exemplo de como se identificar um(a) doutrinador (a) seria “se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional.” (PARTIDO, 2015). Esquecendo que os conteúdos a serem explanados aos alunos devem estar correlacionados com cotidianos dos mesmos e que estes têm sim contato com todo o noticiário político nacional/mundial, que se deparam com informações deste cunho até mesmo no meio dos feeds de redes sociais. Neste sentido “esquecem” que os alunos também são dotados de curiosidade e opinião, e que estes também levam assuntos e curiosidades de sua realidade para dentro da sala de aula. O que nos leva a questionar qual o local de fala destes que tanto se dizem “lutar” pelos direitos de nossos alunos? Já que em sua maioria, se não totalidade, trata-se de advogados, economistas e outras variações de áreas que não tem o mínimo contato com a escola, automaticamente não enfrentam o dia a dia escolar e seus problemas/dilemas. Como pessoas que não tem o mínimo contato com a realidade de alunos e professores podem ser porta-vozes de uma medida tão antidemocrática, desrespeitosa e violenta?

Contraopondo a esses pensamentos tão conservadores, utilizamos Chimamanda Ngozi Adiche para questionar: Como educar crianças feministas? Vê-se a necessidade de se educar sem estabelecer padrões tão presentes na sociedade e que continuam a serem repassados através de falas que marcam o cotidiano de todos, como objetos/atividades sendo de “de meninos” e “de meninas”, até mesmo estranhamento a atitudes que já deveriam ser consideradas normais. E questionar o porquê esse medo tão grande de que gênero, classe e raça seja discutido dentro de uma sala de aula?

2.1 Identifique um doutrinador!

O Movimento Escola sem Partido ganha maior visibilidade em meados de 2015, tendo como um de seus principais idealizadores o advogado Miguel Nagib. Este vem a lutar contra “doutrinação ideológica” dos alunos, estabelecendo assim deveres para que os professores cumpram. Através dos sites de apoio ao projeto e movimento é possível observar várias informações e dicas para identificar uma “doutrinadora” e até mesmo como denunciá-la. Um exemplo de tais deveres que está presente no site do projeto é que a professora deve explicar questões políticas/históricas/religiosas mostrando todos os lados da moeda e com a mesma profundidade. O item 4 desses deveres cita “[...]ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade — as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” (PARTIDO, 2015). O que gera um questionamento: Quem vai garantir que o assunto se focalizou em um lado por causa de questionamentos dos alunos? O mesmo site diz que quem fiscalizará os professores serão os alunos que terão orientações passadas pela escola. O projeto afirma que é possível que haverá problemas de tensão entre professora/aluno, mas para que isso não ocorra “Os professores deverão agir com prudência em sala de aula para não transmitir aos alunos a impressão de estar desrespeitando os deveres explicitados no cartaz.”. A palavra “impressão” já demonstra que apenas com uma simples palavra, segundo o anteprojeto, o aluno já poderá denunciar sua professora. Outro ponto a ser analisado é que a todo momento no projeto/movimento apenas palavras no masculino são utilizadas, como “doutrinador”, “professor”, “aluno”. Mais quem mesmo se faz maioria absoluta que leciona em sala de aula? Não seria está uma medida para que nós mulheres sejamos retiradas de sala de aula para que possamos cuidar melhor de casa e famílias?

3 PARA ALÉM DE FOLHAS BRANCAS

Outra informação a ser questionada é que o Projeto trata os alunos como “folhas brancas”, como estes fossem ser manipulados sem que questionassem nada. Segundo o professor Fernando Penna (2016),

o aluno não é uma folha em branco" o objetivo não é comparar as capacidades, seja entre os alunos, seja entre alunos e professores, a ideia é afirmar que os alunos não são incapazes, muito pelo

contrário: eles questionam o que lhes é ensinado e tem seus próprios interesses.

Esta visão passa despercebida pelo movimento, já que esquecem que antes de chegar a sala de aula os alunos passaram por várias experiências, que estes têm suas dúvidas/interpretações do mundo. E é muitas vezes em sala de aula que estes se sentem confortáveis para questionar e conversar sobre tais assuntos, já que estão muitas vezes cercados de colegas que compartilham tais dúvidas. Segundo Miguel Nagib (2016 apud Penna, 2016),

“Burocrata não faz sermão. Burocrata aplica a lei, pune, exige o cumprimento da norma; mas ele não faz sermão. Quem faz sermão é padre. Quem diz o que é moral ou imoral o padre, o pastor, o pai e a mãe. Não é o funcionário público. O funcionário público só faz aquilo que a lei determina. E a lei brasileira, a legislação brasileira não possui um decálogo, não possui um código moral. Quem possui código moral são as religiões. Então essa é a diferença: burocrata não faz sermão, burocrata aplica a lei. O professor é um burocrata. Ele transmite aos alunos o conteúdo do currículo, aquilo que está escrito e foi aprovado pelas autoridades competentes. Não lhe cabe dizer aos filhos dos outros o que é certo e o que é errado em matéria de moral. Esse é o Ponto. “

Através desta fala, é possível observar como é cessado o poder de fala e auxílio do aluno em todos seus âmbitos. Nesta visão, a professora é submetida a uma mera burocrata que deve apenas aplicar normas, ignorando a relação aluno/professora e como esta é visto como inspiração para o aluno, sendo seu ponto de referência muitas vezes. Segundo Paulo Freire (1993 p,71 apud Andrade, 2010), “cabe ao professor observar a si próprio; olhar para o mundo, olhar para si e sugerir que os alunos façam o mesmo e não apenas ensinar regras, teorias e cálculos”. Por exemplo, quando um aluno realiza alguma ação preconceituosa contra o outro, a professora perde a possibilidade de conversar com o mesmo e explicar o quão ofensivo aquilo é e o porquê está errado. Pois esta função cabe apenas aos pais/responsáveis/líderes religiosos. Como se poderia então quebrar preconceitos antigos? Visões como que a palavra “gay” é um xingamento, partindo da visão de que ser gay é algo errado. Ou até mesmo, “isso é coisa de mulherzinha”. Esquece que se não for tratado de tais assuntos que são considerados “tabus” dentro da sala de aula, o preconceito ainda se perpetuará. E dois desses assuntos seriam gênero,

na divisão extrema e a criação de atividades que caracterizam cada um destes. Segundo Adiche (2017, p. 21),

Ensine a ela que 'papéis de gênero' são totalmente absurdos. Nunca lhe diga para fazer ou deixar de fazer alguma coisa 'porque você é menina'. 'Porque você é menina' nunca é razão para nada. Jamais. Lembro que me diziam quando era criança para 'varrer direito, como uma menina'. O que significava que varrer tinha a ver com ser mulher. Eu preferiria que tivessem dito apenas para 'varrer direito, pois assim vai limpar melhor o chão'. E preferiria que tivessem dito a mesma coisa para os meus irmãos.

A sociedade atual pretura estereótipos que privilegiam determinado gênero, que consideram que a mulher está predestinada a fazer apenas atividades relacionadas a teor caseiro e materno, que os homens devem estar sempre acima da mulher tanto quanto em questões salariais como de poder, apenas por serem homens, assim como mulheres não-negras são vistas com outros olhos do que mulheres negras, algo que se manteve dentro de todo período de escravidão e se manteve até mesmo durante o período das sufragistas. É possível perceber como as mulheres negras foram invisibilizadas dentro de um movimento de luta que se pressupunha universal. As não-negras inclusive renegaram serem representadas por mulheres negras. Mas além do racismo, os preconceitos de classe também podiam ser observados durante este período em que mulheres negras de classe alta eram aceitas dentro do movimento, enquanto as de classe baixa/operárias eram totalmente desconsideradas até o movimento perceber sua força e como estas podiam auxiliar para que o movimento alcance-se mais adeptas. Uma das dúvidas se torna agora, levando como ponto de partida o discurso de Sojourner Truth, seria o porquê umas mulheres ao exercer funções vista como masculinas sofrem tanto preconceito? Muitas vezes levam como motivo para isso o fato de sua força ser menor ou até mesmo que estas nasceram para ficar em casa, usam o "instinto materno" como desculpa. E nem percebem as crianças recebem educação que as condicionada a serem boazinhas e encontrem marido perfeito e escutam que devem fazer isso "pra poder casar" ou "conseguir um marido bom". E isto muito aparece no meio dos diálogos sem que seja percebido que está ocorrendo ou como isto pode refletir nas crianças, como sem nem perceber é estabelecido que mulheres são para casa e homens para mandar e trazer dinheiro. E é através de diálogos que

isso pode ser modificado, conversas essas que muitas vezes não se fazem presente dentro de casa.

As crianças desde pequena têm os padrões da sociedade interferindo naquilo que podem ou não realizar. Por exemplo, diferença entre os brinquedos considerados “de meninas” e “de meninos”. Como aqueles que são focados no gênero feminino são mais calmos, estão relacionados a cuidar da casa como mini-cozinha, kit de limpeza de casa, e até aqueles que se voltam para o “extinto materno” como bonecos bebês. Enquanto isso, os meninos têm seus brinquedos que estimulam a pular, correr, exercitarem e ansiarem a conhecer coisas novas. Segundo Adiche(2017), “Olhei a seção de brinquedos, também organizada por gênero. Os brinquedos para meninos geralmente são “ativos”, pedindo algum tipo de “ação” — trens, carrinhos —, e os brinquedos para meninas geralmente são “passivos”, sendo a imensa maioria bonecas.”. E como os meninos são julgados ao brincar com tal brinquedos que deveriam pertencer as “meninas”, são motivo de piadas e escutam rapidamente “isso é coisa de mulherzinha”. Ensinar as crianças que não existem brincadeira de “meninos” e de “meninas” que os dois tem os mesmos direitos de brincar com aquilo que eles mais se sentem bem brincando. Acabar com estereótipos de que menino não pode brincar de boneca ou menina de carrinho. Não censurar apenas as meninas enquanto os meninos podem fazer de tudo e também não ficar repetindo a eles que não devem chorar porque “homem de verdade” não chora. “Ensinamos que eles não podem ter medo, não podem ser fracos ou se mostrar vulneráveis, precisam esconder quem realmente são – porque eles têm que ser, como se diz na Nigéria, homens duros” (ADICHIE, p. 29, 2017). Outro momento em que os padrões recaem sobre o ombro das crianças é por meio de falas tão recorrentes que vão levando as meninas a desejarem um casamento bom, como “faça isso que arranjará um bom marido”, ou quando uma menina realiza algo de uma forma satisfatória não é preciso esperar muito para escutar “já pode casar”. Não seria mais fácil falar “já pode morar sozinha” ou somente elogiar e falar que realizou bem tal atividade? Tal fala é realizada normalmente quando uma menina realiza com proeza uma atividade caseira, recorrente principalmente quando está cozinhando ou limpando a casa bem.

Isto vem a reforçar a ideia de que as mesmas devem ser donas de casa e mães felizes, o que no futuro muitas vezes pode gerar insatisfação em algumas mulheres já que estas foram criadas para almejar um casamento e filhos, e quando

se encontram vivendo esse “sonho” descobrem que não era algo que realmente queria. Adiche (2017, p.28) vem a afirmar isto também, “Os estereótipos de gênero são tão profundamente inculcados em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade.” Entra também outras questões como a heteronormatividade, que uma menina/mulher deve almejar um marido bom, o que vem a causar conflitos graves quando esta inicia o processo de se reconhecer como homossexual e tem um bloqueio já que isto em sua cabeça foi inculcado como algo errado, que o certo é ter um homem cis ao seu lado e juntos formarem uma família com vários filhos e que só assim ela será uma mulher totalmente realizada. É possível perceber que muitas vezes relações entre duas mulheres são melhor aceitas/vistas pela sociedade por motivos de fetiche, tanto que quando uma mulher personifica traços considerados masculinos esta já não é tão bem vista.

Esses estereótipos são a cada momento, como quando se chama uma menina de “princesa”, é levado a elas a imagem de que são frágeis e precisam de alguém que as salvem, que devem esperar que o homem de sua vida irá aparecer em algum momento e mostrar o porquê que nunca deu certo com outras pessoas. Vão incentivando que estas devem casar e ser feliz, independentemente de qualquer coisa que aconteça, por isso que muitas vezes nos deparamos com mulheres que são violentadas por seus parceiros e permanecem caladas durante anos. Ou até mesmo como meninas que passam por situações de abusos demoram anos para associar ou externalizar isso por acreditarem que foram culpadas porque não se comportaram como deveriam. “Muitas meninas passam tempo demais tentando ser “boazinhas” com pessoas que lhes fazem mal.” (Adiche, 2017, p.40). E esse pensamento cresce cada vez mais e faz mulheres acreditarem que tudo que está passando é para seu bem, que aquele roxo no seu braço é uma punição pois ela se comportou da forma errada. E como a sociedade persiste em reforçar isso quando questiona coisas como “ele deixou você vim?”, “ele não se importa de você sair sozinha?” ou “quem manda em casa?”, como se em um relacionamento devesse existir alguém superior ao outro e não um diálogo.

E o que a professora pode fazer para mudar toda essa situação? Escuta, diálogo e conhecimento. Quando uma família não trata de assuntos como esse, a criança vai crescer e reproduzir pensamentos machistas e preconceituosos. É muitas vezes na escola que as crianças podem ter uma possibilidade de tratar

destes assuntos, no meio de seus colegas de classes e professores. Não é raro observar uma criança recorrer a sua professora para contar algo que aconteceu em sua casa ou algum segredo. Tanto que alguns casos de agressões e abusos são descobertos dentro da própria escola. Se as crianças já enxergam seus professores como grandes exemplos e auxiliares em casos tão tabus, por que não permitir que este diálogo continue ocorrendo? Para Vygotsky (1996:78 apud Andrade, 2010),

Relação professor/aluno não deve ser uma relação de imposição, mas, sim de cooperação, de respeito e de crescimento. O aluno deve ser considerado como um ser interativo e ativo no seu processo de construção do conhecimento. O professor por sua vez deverá assumir um papel fundamental nesse processo, como um sujeito mais experiente. Por essa razão cabe ao professor considerar o que o aluno já sabe, sua bagagem cultural é muito importante para a construção da aprendizagem.

Sendo assim, o professor não é visto apenas como um ser burocrata ou apenas uma transmissora de conhecimento como o movimento Escola sem Partido vem a trata-la, estes não entende que para que haja compartilhamento de conhecimentos entre alunos/professores deve-se haver algo muito importante: escuta e diálogo.

A dúvida que ainda perpetua a nossa cabeça é o porquê que tratar de gênero e tabus sofrem tantas censuras? Segundo Frederick Douglass (1845, p.79 apud DAVIS, 1981, p.108) “o conhecimento torna uma criança inadequada a escravidão.”, trazendo tal pensamento para os dias atuais crianças críticas, que entendem como o mundo se forma e como realmente é a sociedade, não aceitaram tão facilmente serem dominadas. Ao perceberem como as mulheres são desconsideradas a anos só por serem mulheres se posicionaram contra, questionaram o porquê das coisas serem de tal forma e esta não é a posição que muitas vezes a sociedade espera. É possível observar quando as crianças questionam alguma atitude que lhes foi ensinado que é errado, logo esta mesma sofre alguma censura, é chamada de chata por questionar tudo.

Quando o movimento apresenta seus deveres ignora que dentro de uma sala de aula não há um padrão de alunos e muito menos de famílias. Fecham seus olhos para toda a diversidade da sociedade atual, que a família não formada apenas por um homem cis, uma mulher cis e seus filhos. Desconsidera que na realidade atual existem sim família formadas por duas mulheres, dois homens, mulheres e

homens trans, que não existem mais um padrão de família. Isto é verificado no quinto item de seus deveres, este afirma que o aluno deve receber educação moral que siga as convicções familiares, porém as famílias não são todas iguais e automaticamente tem pensamentos diferentes. Como este pode tratar do conceito “família” sem que acabe ferindo a moral de uma família se em sua sala há uma família formada por duas mulheres e outra por pais que seguem pensamentos conservadores. Como fazer isso sem que seja considerado doutrinador e denunciado? Segundo a Proposta Curricular de Santa Catarina (2014) ao tratar de Ciências Humanas,

A ação pedagógica das Ciências Humanas contribui para que os sujeitos escolares tornem-se leitores críticos das relações socioambientais, políticas, econômicas, culturais, entre outras, que marcam o seu entorno, ampliando sua capacidade de reconhecer seus problemas e, acima de tudo, responder de forma participativa às questões e desafios presentes no cotidiano. É relevante que o processo de ensino-aprendizagem na Educação Básica promova o diálogo e o debate acerca dos mais diversos temas e problemas de cunho religioso (GUERREIRO, 2010), filosófico, sociológico, étnico-racial, das relações de gênero, das diversidades sexuais, socioambiental, territorial, da inter-relação campo-cidade, centro-periferia, entre outros, assim como as relações de poder que permeiam a vida dos sujeitos ao longo do processo educativo-formativo.

Observa-se então que a própria PCSC vem a tratar de questões como gênero, diversidade e raça porque entende que isso faz parte da vida/cotidiano das crianças/alunos e que para que se formem sujeitos críticos há a necessidade que estes tenham total noção do mundo ao seu redor.

O projeto já foi levado para se tornar lei várias vezes, e em duas localidades teve seu objetivo alcançado sendo elas: Alagoas e Criciúma. Com algumas modificações mas com o mesmo pretexto e fundamentação. Porém, nestes dois locais o Ministério Público Federal impediu que tal lei continuasse sendo exercida por várias inconstitucionalidades. E estas vêm a enxergar a doutrinação como uma forma de bloquear o professor e privilegiar determinadas visões. “Vedações genéricas de conduta que, a pretexto de evitarem a doutrinação de alunos, podem gerar a perseguição de professores que não compartilhem das visões dominantes.” (Barroso, 2017 apud Santos, 2018). Visões dominantes como estas do movimento Escola sem partido, que vem a cada vez tentar convencer de

que existem um modelo certo de família, de pessoa, de formas de agir, de que um gênero deve ser superior a outro. Outro ponto de inconstitucionalidade está relacionado a:

liberdade de ensino, como dimensão específica da liberdade de manifestação do pensamento do corpo docente (art. 5º, inciso IV c/c art.206, ambos da CR); (iii) direito da criança, do adolescente e do jovem a ser colocado a salvo de toda forma de discriminação e violência (art. 227 da CR) (CR apud Santos, 2018)

Através desta é possível observar como manter nossos jovens a salvo de discriminação não faz parte da intenção de tal projeto, já que não desejam que seja tratado de assuntos que são a base de muitos preconceitos sofridos pela população, principalmente nos adolescentes.

De alguns tempos para cá, começaram a surgir conversas sobre Ideologia de Gênesis, que se encontra como uma variação da famosa Ideologia de Gênero que se encontra como base de argumentação e defesa do projeto. Em tais teorias de “ideologias”, o principal argumento seria que ao apresentar o tema de gênero para as crianças, as mesmas se influenciariam e teríamos assim crianças tendo suas orientações sexuais modificadas. Esquecem assim que orientação sexual não é uma opção, é algo que já nasce com as mesmas. Que ninguém escolher sofrer preconceitos tão fortes.

Temos questões que vão desde o machismo, a violência contra a mulher e o empoderamento feminino, passando pela diversidade LGBT, identidade de gênero, orientação sexual e sexualidade, sem deixar de incluir também o autoconhecimento, o respeito ao outro, a empatia e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. [...] Ou seja, as questões de gênero, por englobarem as diferenças, as fronteiras e as particularidades contidas em nossa sociedade, integram a nossa cultura e devem ser parte da política de direitos humanos. Portanto, também são parte dessa tensão entre o nacional e o específico e, ao mesmo tempo, propõem um debate essencial para a formação das pessoas que convivem nessa sociedade. (MELO, 2016, p. 6)

Como apresentado por Melo, ao trabalharmos o gênero dentro das salas de aulas estamos trabalhando também o respeito as diversidades. Excluir tal tema de currículo não seria tentar excluir também a parcela de estudantes que se identificam com o assunto? E ainda ir contra os PCNs, que em sua versão de 1988 publicou que, através do debate sobre Orientação Sexual, sendo esse um tema

transversal, ou seja, deve perpassar todos os componentes curriculares, deveríamos ensinar aos estudantes a “respeitar a diversidade de valores, crenças e comportamentos existentes e relativos à sexualidade, desde que seja garantida a dignidade do ser humano;” (BRASIL, 1988, p. 311)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é possível se chegar a um resultado concreto neste ponto em que nos encontramos, já que há muitos outros textos/conceitos para serem revistos e analisados. Até o momento podemos perceber que cada vez mais são criadas leis/anteprojeto/movimentos que persistem em silenciar nossas crianças e suas ânsias. Tentar impossibilitar também o processo contínuo de escuta/diálogo mais aberto entre alunos e professoras. Entender como ao longo dos anos as mulheres sofreram/sofrem pressões, muitas vezes incutidas sem que as mesmas percebam, para que estejam sempre dentro de padrões preestabelecidos pela sociedade e até mesmo como isso já se inicia durante suas infâncias e que se não tivermos o devido cuidado com tais questões estaremos os reproduzindo e mantendo as nossas crianças sobre a mira de preconceitos que já deveriam ter ficado no passado. Mostrar para elas que mulheres podem alcançar/ser o que querem, que os feminismos não têm como objetivo espalhar ódio aos homens, muitos menos ser superior e sim uma luta por igualdade de direitos. Segundo Roxanne Gay (2016, p. 10) “O feminismo é uma escolha, e, se a mulher não quer ser feminista, embora esse seja um direito dela, ainda assim é minha responsabilidade lutar pelos seus direitos.” E demonstrar que ser crítica e ter suas próprias opiniões não é errado e que precisa ser bloqueado, deve-se sim expor sua opinião e lutar por seus desejos/direitos. Terminamos com um questionamento de Adiche (2017, p.38) “E se criássemos nossas crianças ressaltando seus talentos, não seu gênero? E se focássemos em seus interesses, sem considerar gênero?”

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Para educar crianças feministas**: um manifesto. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 94 p. Tradução: Denise Bottmann.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos Todos Feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 64 p. Tradução de: Cristina Baum.

ANDRADE, Maria Célia Milagre. **Afetividade e Aprendizagem: Relação professor e aluno.** 2010. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/afetividade-e-aprendizagem-relacao-professor-e-aluno/44105/>>. Acesso em: 07 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual.* Brasília, DF: MEC/SEF, 1988.

CONSOLIM, Veronica Homs. **A história da primeira onda feminista.** 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/14/historia-da-primeira-onda-feminista/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSOLIM, Veronica Homs. **O que pede a terceira onda feminista?.** 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/15/o-que-pede-terceira-onda-feminista/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

CONSOLIM, Veronica Homs. **Segunda onda feminista: desigualdade, \ discriminação e política das mulheres.** 2017. Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2017/09/14/segunda-onda-feminista-desigualdades-culturais-discriminacao-e-politicas-das-mulheres/>>. Acesso em: 10 nov. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** S.Paulo: Boitempo, 2016 [1981]

MELLO, Melina Maria. **“IDEOLOGIA DE GÊNERO”:** “IDEOLOGIA DE GÊNERO”: IMPACTO SOCIAL DO CONCEITO DA EDUCAÇÃO NA INFÂNCIA. 2016. 108 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016

PARTIDO, Programa Escola Sem. **Programa Escola Sem Partido.** 2015. Disponível em: <<https://www.programaescolasempartido.org>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PARTIDO, Escola Sem. **Escola Sem Partido.** 2015. Disponível em: <<http://escolasempartido.org>>. Acesso em: 07 out. 2018.

PENNA, Fernando de Araújo. "Escola sem Partido" como ameaça à Educação Democrática: fabricando o ódio aos professores e destruindo o potencial educacional da escola. In: MACHADO, André Roberto; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Golpes na história e na escola:** o Brasil e a América Latina nos Séculos XX e XXI. São Paulo: Anpuh Sp - Associação Nacional de História -, 2017. p. 247-260.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina:** formação integral na educação básica. 2014.

SANTOS, Fernando Barbosa dos. **Despacho Escola sem Partido.** 2018. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/docs/despacho-escola-sem-partido>>. Acesso em: 09 mar. 2018.